PROJETO DE LEI ___ DE 2014.
(do Senhor Vicentinho)

Estende aos funcionários da Polícia Rodoviária Federal, ocupantes de cargos de atividade policial, o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica estendido aos funcionários da Polícia Rodoviária Federal, ocupantes de cargos de atividades policiais, o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4878, de 3 de dezembro de 1965 em seu artigo 40 e respectivos parágrafos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

JUSTIFICATIVA

A Polícia Rodoviária Federal, a partir da promulgação da Constituição Federal em 1.988, passando a integrar os órgãos de segurança pública, teve suas atribuições expandidas, sendo incumbida de apoiar outras Instituições Policiais no combate às diversas modalidades de crime, que vai desde a prostituição infantil, roubo de carga e de veículos, adentrando o campo

do tráfico de entorpecentes, armas, contrabando, descaminho, trabalho escravo, e outros tantos mais variados tipos de crimes.

A história recente e os estudos científicos nos mostram que o servidor policial trabalha sob forte pressão psicológica, principalmente nos grandes centros urbanos, pois, não raras as vezes o servidor deixa sua residência, sua família, para ir prestar o seu serviço, a sua contribuição para com a sociedade e a segurança pública representando o Estado, e não volta para casa, tombando no cumprimento da missão e isto é um fato gerador de altos estresses pela qual passam quaisquer um dos servidores policiais e por isso mesmo deve o Estado preservar o servidor policial, garantindo-lhe o direito de proteção enquanto cidadão especial que é.

Não obstante os percalços pelo qual passa o servidor policial para que possa cumprir o seu dever de ofício, o exercício da atividade policial força com que o policial interfira no exercício do direito das pessoas, impondo-lhes a aplicabilidade dos dispositivos legais, muitas vezes impedindo o cidadão de prosseguir sua viagem, noutras vezes efetuando prisões de criminosos e nessas atividades ocorrem também a necessidade de impor força coercitiva para conter aqueles mais afoitos que enveredam pelo lado do crime, inclusive com enfrentamento aos próprios policiais gerando baixas dos dois lados.

Vale lembrar que o policial, antes de ser um servidor público e que nessa condição tem o dever legal de cumprir e fazer cumprir a lei, ele é um Ser Humano como outro qualquer, a quem deve lhe ser garantido os Direitos Humanos cujos direitos são defendidos mundialmente, e então, na condição de policial, tem o servidor policial o direito de ter um tratamento especial, além daqueles direitos que são garantidos pelas normas internacionais de direitos humanos ao cidadão comum, porque o policial é um Ser Especial, em razão da árdua missão que assume diante da Instituição em que serve e diante da sociedade a qual se compromete a proteger. Prova maior dessa especialidade é o fato de a aposentadoria do servidor policial ser diferente das aposentadorias dos demais cidadãos comuns, pois, a aposentadoria em todos

os servidores policiais ocorre mais cedo do que a aposentadoria das demais pessoas.

Ocorre que o Policial Rodoviário Federal, como outro servidor policial de qualquer instituição, pode passar por situações fáticas que o leve a ser recolhido preso preventivamente, e, tem ocorrido caso de detenções sem justificativas onde o policial é recolhido preso em unidades prisionais comuns, até mesmo junto com pessoas detidas por ele, e depois de certo tempo, depois de passar ele e sua família por constrangimento e humilhações é liberto por falta de provas ou por inexistência de ilicitude em seus atos. Há que atentar para o fato de que as normas constitucionais e infraconstitucionais estabelecem que ninguém é considerado culpado sem o devido processo legal e antes da sentença penal transitada em julgado, com a garantia de todos os meios de defesa e do direito ao contraditório.

A Lei nº 4878/65 estabelece em seu artigo 40 a prisão especial para os Policiais Civis da União e do Distrito Federal, e, na sequência, veio a Lei nº 5350/67 estender este benefício às polícias dos Estados e dos Territórios. O artigo 144 da Constituição Federal estabelece os órgãos integrantes da segurança pública definindo a competência de cada um daqueles órgãos, e dentre eles está também a Polícia Rodoviária Federal como órgão policial da União, razão pela qual deve o servidor policial da Polícia Rodoviária Federal também receber o benefício da prisão especial, a que se refere o citado artigo 40 da Lei nº 4878/65.

Posto isso, para garantia dos direitos inalienáveis da pessoa humana, da garantia do direito de ser tratado como Ser Especial que é, da garantia de ter tratamento igual ao que é deferido para as outras Instituições Policiais, roga à Vossa Excelência apresentar projeto de lei, cuja minuta do projeto vai em anexo, garantindo a extensão dos benefícios da prisão especial prevista no artigo 40 da Lei 4878/65 aos servidores Policiais Rodoviários

Federais criados pela Lei nº 9654 de 2 de junho de 1998, colocando assim estes policiais em igualdade de direitos com as demais co-irmãs.

DEPUTADO VICENTINHO